



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O Governo promoveu os 15 anos de escolaridade gratuita (ensino secundário, primário e infantil) no ano lectivo de 2007/2008, e nestes últimos anos também tem sido aumentado o apoio às instituições de ensino não superior. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), em 2011 o Governo investiu 3,292 mil milhões no ensino não superior, uma média de 44 800 por aluno, o que representa um aumento de 25% em relação aos últimos dois anos.

O que merece a nossa atenção é o facto de as instituições de ensino não superior em Macau estarem divididas em escolas oficiais e escolas particulares aderentes e não aderentes à escolaridade gratuita. A percentagem dos alunos em cada uma delas é, respectivamente, 3,8%, 78,9% e 17,3%, e a diferença ao nível dos apoios disponibilizados pelo Governo para cada uma delas também é enorme.

Segundo o Relatório sobre a Execução do Orçamento do ano de 2012, as despesas correntes das escolas oficiais atingiram os 269 milhões. Como no ano lectivo de 2011/2012 as escolas oficiais contaram com 3 267 alunos, a média foi de 82 mil por aluno, ou seja, quase o dobro do normal. A partir destes dados pode concluir-se que os apoios disponibilizados pelo Governo são menores para escolas particulares do que para as escolas oficiais. Como as escolas particulares que não aderiram à escolaridade gratuita cobram propinas, os seus alunos têm certamente melhores condições do que os alunos que frequentam as escolas que aderiram, embora ainda sejam incomparáveis com as condições das escolas oficiais. Actualmente, cerca de 80% dos alunos de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Macau frequentam escolas aderentes à escolaridade gratuita que não podem cobrar nem propinas nem outras despesas, portanto, os recursos educativos disponibilizados aos alunos destas escolas são os piores de entre todos.

A implementação da escolaridade gratuita tem por objectivo reduzir os encargos dos pais e aumentar o apoio às escolas. Assim, as instalações podem ser melhoradas e os alunos podem usufruir de melhores recursos educativos. No entanto, passados vários anos, os apoios concedidos pelo Governo aos diversos tipos de escolas continuam a ser injustos. Algumas das escolas mais prestigiadas lutam com falta de espaço mas o Governo não as apoia. Se forem muitos os alunos interessados e estas escolas tentarem aceitar o maior número possível, o espaço não é suficiente para todos, e se seleccionarem os alunos, os que não forem aceites vêm-se privados do direito de frequentar a sua escola preferida. Esta situação difícil não se resolve apenas com dinheiro. Se o Governo não acompanhar a situação, será difícil assegurar a justiça na distribuição dos apoios pelas diferentes escolas.

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Na sequência da implementação da escolaridade gratuita, as autoridades devem ponderar sobre como melhorar a organização e distribuição dos recursos educativos por aluno das escolas oficiais e das escolas particulares aderentes e não aderentes à escolaridade gratuita. O Governo deve ainda reduzir as diferenças na distribuição dos recursos pelos referidos três tipos de escolas, com vista a permitir que todos os alunos sejam beneficiados por igual. O Governo vai fazer isso?
2. A melhoria da qualidade do ensino não se limita aos professores, as instalações e os espaços assumem também grande importância. Mas o Governo nunca se pronunciou sobre o assunto. Actualmente, algumas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

escolas lutam com limitações de espaço, outras optaram por ocupar habitações públicas, e alguns docentes até dão aulas em salas instaladas em silo-autos. Será isto justo para os alunos? Então, de que planificação, sobretudo em termos de terrenos, é que o Governo dispõe para resolver o problema da falta de espaço das escolas?

3. Para além do apoio normal, o Governo tem recorrido ao Fundo de Desenvolvimento Educativo para conceder subsídios a fundo perdido aos estabelecimentos de ensino não superior, no sentido de os apoiar na realização dos seus planos e actividades educativas, na aquisição de equipamentos e manuais escolares, e ainda na construção, reconstrução, reparação, conservação e remodelação de instalações, entre outras. De que mecanismos e critérios dispõe o Governo para assegurar a igualdade na distribuição dos apoios pelas diversas escolas?

28 de Março de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Kwan Tsui Hang